



VOL.7 | N. 13 | JAN/JUN DE 2021 | ISSN 2359-4489

ARTE E POLÍTICA: RAÇA, GÊNERO E NACIONALIDADES



FACES DE CLIO

Patrimônio(s) e educação patrimonial:

a relação entre a sociedade luziense e o patrimônio da cidade de Santa Luzia/MG

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz¹

Resumo: O texto propõe, por meio da educação patrimonial, refletir sobre a construção de vínculos entre os/as estudantes da cidade de Santa Luzia e o patrimônio cultural do município. Para isso, apresentamos a similaridade entre as análises acadêmicas e institucionais sobre a valorização do centro histórico da cidade e um distanciamento da sociedade luziense com os patrimônios culturais delimitados pelo poder público com o foco nos monumentos do período colonial. Enfim, propomos uma análise em que os patrimônios institucionalizados possam ter o valor de uso da sociedade luziense para a criação de vínculos, de pertencimento e de identidade dos munícipes com a cidade de Santa Luzia.

Palavras-chaves: Patrimônio, educação patrimonial, Santa Luzia.

Heritage (s) and heritage education:

the relationship between Luzian society and the heritage of the city of Santa Luzia/MG

Abstract: The text proposes, through heritage education, to reflect on the construction of bonds between students from the city of Santa Luzia and the cultural heritage of the municipality. For this, we present the similarity between the academic and institutional analyzes on the valorization of the historical center of the city and a distancing of the Luzian society with the cultural heritage delimited by the public power with the focus on the monuments of the colonial period. Finally, we propose an analysis in which the institutionalized heritage can have the use value of the Luzian society for the creation of bonds, belonging and identity of the citizens with the city of Santa Luzia.

Keywords: patrimony, patrimonial education and Santa Luzia.

Patrimonio (s) y educación patrimonial:

La relación entre la sociedad de Luz y el patrimonio de la ciudad de Santa Luzia/MG

Resumen: El texto propone, a través de la educación patrimonial, reflexionar sobre la construcción de vínculos entre los estudiantes de la ciudad de Santa Luzia y el patrimonio cultural del municipio. Para ello, presentamos la similitud entre los análisis académicos e institucionales sobre la valorización del centro histórico de la ciudad y un alejamiento de la

¹ Especialista em História e Cultura no Brasil Contemporâneo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, glaubereduardoribeirocruz@gmail.com

sociedade luziana com o patrimônio cultural delimitado por o poder público com o foco em os monumentos do período colonial. Finalmente, proponemos um análise em o que o patrimônio institucionalizado pode ter o valor de uso de a sociedade luziana para a criação de vínculos, pertencencia e identidade de os cidadãos com a cidade de Santa Luzia.

Palabras clave: patrimônio, educação patrimonial y Santa Luzia.

Introdução

O texto tem um caráter exploratório e um objetivo de propor uma reflexão entre os patrimônios culturais e a educação patrimonial na cidade de Santa Luzia. Publicada no ano de 1987, pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), a Carta de Washington apresenta definições, princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação para preservar as cidades históricas com a participação efetiva do poder público e da sociedade civil. Conforme apontado no documento, “a conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do parque edificado”². Nesta perspectiva, pretende-se indicar possibilidades de trabalhar o conceito de patrimônio cultural nas escolas localizadas no município e revelar como os patrimônios das comunidades podem ser realçados e valorizados como bens culturais municipais.

O município de Santa Luzia é integrante do circuito Estrada Real, tem área de 235,076 km²,³ está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte e tem sua ocupação datada de 1692, ou seja, 328 anos. A cidade tem patrimônios culturais tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), que são estes: Solar da Baronesa, Solar Teixeira da Costa, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja da Matriz, Hospital São João de Deus, Muro de Pedras, Igreja do Rosário e Mosteiro de Macaúbas. Todos foram tombados no nível municipal em 16 de novembro de 1989⁴ e no nível estadual em 28 de dezembro de 1998. Em nível de Estado, os patrimônios acima citados foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro do Tombo de Belas Artes e do Tombo Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos⁵. Neste caso, percebe-se que o patrimônio no município está direcionado para uma determinada cultura do povo luziense e com foco na herança histórica da cidade.

O município é dividido entre sede e distrito. A sede é considerada a parte histórica da cidade e onde se localizam os patrimônios culturais tutelados e reconhecidos pelo poder

2 **CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018. p. 3.

3 Conforme dados do IBGE - **Santa Luzia**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html?>>. Acesso em: 11 maio 2018.

4 **RELAÇÃO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**. Disponível em: <www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/sservicos-2/126-cultura?Itemid=101>. Acesso em: 27 jun. 2018.

5 Centro Histórico de Santa Luzia. Disponível em: <www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoos/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia>. Acesso em: 18 maio 2019.

público,⁶ o distrito é a parte nova do município, sendo o bairro mais antigo surgido no ano de 1955. Nesta região está localizada mais da metade da população municipal em média de 120 mil habitantes e onde há maior número de regiões periféricas.

A população da periferia da cidade e do distrito, especificamente, a localizada no bairro Palmital, tem procedência das regiões leste e oeste de Belo Horizonte. Esses moradores tiveram suas moradias destruídas por enchentes no início da década de 1980 e foram remanejados para Santa Luzia, onde o governo estadual construiu os conjuntos habitacionais por meio da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG).⁷ Tendo sua história de luta marcada pela conquista dos direitos, os moradores do bairro Palmital construíram um modo de viver, ser e agir peculiar na periferia, especificamente por meio da arte.

A educação patrimonial, definida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”⁸, possibilita, por meio da experiência, do contato direto, do conhecimento, da apropriação e da valorização, elementos indispensáveis para o sentimento de identidade e de cidadania. Neste documento, os centros históricos estimulam a compreensão entre presente e passado por meio de um amplo campo de investigação interdisciplinar e com profissionais diversificados.

Enfim, acredita-se que o patrimônio tombado pela prefeitura de Santa Luzia tem seu valor cultural, porém precisa ser pensado numa perspectiva de atingir o ensino das escolas localizadas no município e incorporar o patrimônio construído pela sociedade com o objetivo de ressaltar a cultura na cidade para além do bem cultural material.

Legislação municipal e patrimônio

No âmbito institucional, o município de Santa Luzia tem quatro documentos⁹ que esboçam uma definição sobre patrimônio. O primeiro é o decreto nº 772, que dispõe sobre Tombamento de Bens Integrantes do Acervo Histórico, Cultural e Artístico do Município de

6 A nossa compreensão sobre o conceito de cidade histórica está baseada na Carta de Washington (1987): “a presente carta diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas, e aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais” (p. 1). In: **CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

7 Ver: SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano**: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte. 2011, 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

8 GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, 1999. v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019. p. 4.

9 Decreto nº 772 - Decreto Nº 772, de 16 de novembro de 1989 - Dispõe sobre Tombamento de Bens Integrantes do Acervo Histórico, Cultural e Artístico do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/1989/Decretos%20747%20a%20773/Decreto%20n%C2%BA%20772.pdf.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 2000, de 01 de setembro de 2000 - Lei Orgânica do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/Lei%20Organica/Lei%20Organica%20de%202000.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 3161, de 23 de dezembro de 2010

Santa Luzia. Datado de 1989, é sucinto sobre a temática e afirma que serão tombados bens integrantes do acervo do Inventário de Proteção Cultural. O segundo é a lei Orgânica do Município de Santa Luzia datado do ano 2000, que define:

Art. 171 – Constitui um Patrimônio Cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo luziense, entre os quais se incluem: I – As formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações tecnológicas, científicas e artísticas; IV – As obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados à manifestações artísticas e culturais; V – Os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico.

O terceiro documento é a lei que institui Sistema Municipal de Cultura do ano de 2010, que tem similaridade com a lei Orgânica Municipal, vejamos:

Art. 65 – Constituem e integram o Patrimônio Cultural do Município os bens móveis e imóveis de natureza material e imaterial, públicos ou privados, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes formadores da comunidade municipal. Esses bens podem ser de natureza histórica, arqueológica, paleontológica, etnográfica, linguística, folclórica, religiosa, comportamental, urbanística, arquitetônica, artística, audiovisual, paisagística e ambiental, entre os quais se incluem: I – As formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações tecnológicas, científicas e artísticas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico; e VI – Os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas.

E por último, a lei nº 3471, que cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia e o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, datada do ano de 2014, que indica a função do órgão para proteção, preservação e promoção dos bens tombados pelo município por meio de tombamentos e das legislações.

De forma específica, o executivo municipal abrange a perspectiva conceitual do patrimônio entre a Lei Orgânica (2000) e a criação do Sistema Municipal de Cultura (2010), por compreender que o bem patrimonial pode ser público ou privado, que a identidade, a ação e a memória estão em diferentes formadores da comunidade municipal, e não apenas no povo, amplo, vago e genérico, e que os bens podem ser de natureza histórica, arqueológica, paleontológica, etnográfica, linguística, folclórica, religiosa, comportamental, urbanística, arquitetônica, artística, audiovisual, paisagística e ambiental, com a inclusão dos conjuntos

- Institui Sistema Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2010/Leis%203049%20a%203168/3161-Sistema%20Municipal%20de%20Cultura%20-%20SMC.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 3471, de 17 de fevereiro de 2014 - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia e o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2014/Leis/3.471.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

urbanos e dos lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas. A mudança conceitual na legislação está baseada na Constituição Federal de 1988 sendo resultado das lutas de grupos e de movimentos sociais para serem reconhecidos e que contribuem para a cultura da cidade de Santa Luzia.

Nesta perspectiva, a cultura tem sua extensão territorial do município de Santa Luzia também dividida entre uma cidade de sede e de distrito, o que pode ser um apontamento sobre a relação de afastamento de parte da sociedade luziense com o patrimônio histórico municipal.

A cidade ainda se prende na concepção de patrimônio histórico, principalmente pelos bens tombados a nível municipal e estadual. Neste ponto, pretende-se subsidiar os governantes da cidade para que vejam formas diferenciadas de pensar o patrimônio por meio da participação e da inclusão da sociedade na definição patrimonial e na construção de uma identidade cultural múltipla da cidade de Santa Luzia. Por meio da reflexão proposta, pretendemos ampliar a noção patrimonial concebida pelo poder público, que se restringe aos monumentos e aos imóveis considerados históricos como: Solar da Baronesa, Solar Teixeira da Costa, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja da Matriz, Hospital São João de Deus, Muro de Pedras, Igreja do Rosário e Mosteiro de Macaúbas. Todos foram reconhecidos e tombados pelo município no ano de 1989.

No âmbito da salvaguarda do patrimônio, há documentos que balizam a preservação dos patrimônios no nível internacional, as cartas patrimoniais. Um desses documentos é a chamada Carta de Washington, cujo conteúdo explicita a relevância da salvaguarda da qualidade das cidades históricas por meio de princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação, que favoreçam a convivência da vida individual e social perpetuando bens que constituem a memória da humanidade.¹⁰

A Carta de Washington explicita que a participação e o envolvimento social “são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária conscientização de todas as gerações”¹¹. Neste ponto, infere-se que os/as estudantes têm pouco contato com o patrimônio histórico da cidade, por isso torna-se importante criar projetos, desenvolver visitas e, principalmente, propor participação direta sobre patrimônio, ressaltando a vida comunitária na constituição de vivências sociais que mobilizam, diversificam e valorizam a cultura luziense,¹² pois “para assegurar a participação e a responsabilização dos habitantes, deve ser implementado um programa de informação geral começando a sua divulgação desde a idade escolar”.¹³

10 **CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

11 *Idem*. p. 2.

12 Esta função pode ser um dos objetivos do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC construído a partir da 1ª Assembleia Patrimonial Comunitária ocorrida em 26 de fevereiro de 2019. Ver: **1ª Assembleia Patrimonial Comunitária**. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/noticias/1a-assembleia-patrimonial-comunitaria/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

13 **CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018. p.3.

A prefeitura de Santa Luzia publicou um *Atlas escolar: histórico, geográfico e cultural do município* no ano de 2009¹⁴ em que constam os itens *Nossa História e Aspectos Culturais e Turísticos*. Em ambas as partes são ressaltados os monumentos descritos acima. As próximas etapas da pesquisa nos encaminham para o trabalho com a documentação produzida pelo Executivo municipal e os/as estudantes das escolas na cidade de Santa Luzia. Como as crianças visualizam os patrimônios do município? Pretendemos aplicar um questionário em cinco escolas do distrito e em cinco escolas da sede com o intuito de perceber como os patrimônios da cidade são assimilados pelos/pelas estudantes.

Na nossa perspectiva, a educação patrimonial trabalhada nas escolas localizadas no município pode contribuir para que diferentes atores sociais mostrem suas práticas culturais e ampliem a noção de patrimônio do poder público e das leituras arquitetônicas.

O patrimônio pode ser compreendido em quatro perspectivas conceituais: como narrativa do passado, como objeto de patrimonialização, na relação com o turismo e como processo e práticas de construção.

Como narrativa do passado, o patrimônio é compreendido e monumentalizado em lugares próximos ao cotidiano das pessoas porque a demanda contemporânea proporciona a patrimonialização com elementos particulares, em que: “esses objetos que acreditamos pertencer ao patrimônio de uma coletividade, e, hoje, até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas, que parecem adquirir materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos”.¹⁵ Na concepção do autor, há uma aproximação entre patrimônio e memória, principalmente porque:

O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados¹⁶.

Como patrimonialização, o patrimônio é examinado por meio da institucionalização dos mecanismos de proteção do bem por meio do seu valor social. No caso do patrimônio cultural ocorre a valorização, os serviços específicos e a expulsão das populações a partir do momento em que a existência do bem está relacionada à divulgação e a disposição para que turistas possam ter acesso.

Quando os interesses econômicos se sobrepujam aos interesses culturais, transformando o patrimônio em produto econômico e, principalmente, o capitalismo modifica os produtos

14 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. *Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Santa Luzia/MG*. Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. 76 p.

15 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p. 91-111, 2012. p. 99.

16 Idem. p. 100.

para serem bens descartáveis, complexifica-se o diálogo entre as perspectivas de cultura e espaço. “Aqui se identifica, então, mais uma contradição: entre as motivações que levam à patrimonialização de um dado objeto destaca-se o seu valor de uso, mas o que viabiliza sua existência como tal é o seu valor de troca”¹⁷. Essa relação acontece no conflito entre o patrimônio e a população do município de Santa Luzia, que vivem perspectivas diferentes sobre o bem patrimonializado.

Neste ponto, a perspectiva de o patrimônio ser viabilizado como valor de troca sem a participação da população local desmobiliza sentidos e significados para o bem. Em contextos urbanos, o tombamento pode ser considerado um suspiro de complacência de objetos representativos de um tempo e de um espaço, em que convive com a especulação imobiliária e a necessidade de ressignificar e refuncionalizar, no caso de Santa Luzia, o centro histórico, por meio da relação com a sociedade e, principalmente, com as/os estudantes das escolas inseridas no município.

Na relação com o turismo, o patrimônio é assinalado por meio do envolvimento do turismo cultural e do patrimônio cultural, percebendo os bens materiais como sustentação da própria atividade. A diversidade patrimonial por meio dos critérios histórico-arquitetônico, cultural e ambiental aponta para a sociedade perceber a si própria e a cultura como lugar de memória, ou seja, um campo de conflito para a valorização ao passado.

No caso brasileiro, a concepção de patrimônio como instrumento de constituição da nacionalidade por meio da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional, o direcionamento e o foco para o patrimônio histórico e arquitetônico se concretizaram por meio do tombamento. A relação entre turismo e patrimônio auxilia a reflexão sobre a identidade cultural com o conhecimento de nós e do outro e a busca de equilíbrio.¹⁸

Como processo e práticas de construção, o patrimônio é estudado a partir dos atores em circunstâncias específicas, que atribuem valor ao bem. O estudo sobre os bens em âmbito nacional e o pertencimento à nação indicam que há um consenso ao valor dos bens para justificar investimento em proteção e compreende o patrimônio como categoria jurídica, como comunicação social e como política pública.

Como categoria jurídica, o patrimônio está direcionado para as constituições federais e as leis impondo direitos e deveres do Estado e da sociedade no bem tombado por meio das modalidades de coisa e valor. Como comunicação social, o patrimônio pertence a linguagens distintas como arquitetura, artes plásticas, música, que por meio dos signos excepcionais e relevantes atua na identidade coletiva e na definição da unidade política. Contudo, a proteção dos bens não é suficiente para a política de preservação: “isso porque a leitura de bens enquanto

17 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. *Geosp*, v. 31, p. 95-104, 2012.

18 RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) et al. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-24.

bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso e de significações e valores que justifiquem sua preservação”¹⁹ Neste ponto, a proposta para ampliar a participação social tem o mérito de democratizar o patrimônio, porém, deve-se democratizar a apropriação simbólica dos bens para se constituir como política pública.²⁰

Ao conceber o patrimônio a partir das categorias de narrativa do passado, de patrimonialização, na relação com o turismo e de processo e práticas de construção, percebe-se a potencialidade patrimonial contida no centro histórico da cidade de Santa Luzia, principalmente por se construir uma narrativa do espaço tombado como cidade colonial, de pouco usufruto feito pelo executivo municipal do patrimônio enquanto valor de troca e de uso, das poucas ou raras políticas integradoras entre turismo e cultura, e da relevância de desenvolver a recepção dos bens históricos municipais na sociedade luziense, principalmente entre as/os estudantes das escolas presentes na cidade.

O(s) patrimônio(s) nas produções acadêmica e institucional

A produção acadêmica sobre a cidade de Santa Luzia tem o foco na arquitetura²¹ e na produção didática. O mandato do prefeito do município entre os anos 2008 e 2012 produziu dois materiais que podemos utilizar em sala de aula: um atlas²² e um vídeo institucional.²³ E essa relação nos proporcionará refletir sobre os patrimônios da cidade na educação escolar.²⁴

Do ponto de vista acadêmico, os estudos se concentram na análise do centro histórico da cidade de Santa Luzia. O desenvolvimento e o planejamento urbano rápido, descontrolado e com implicações na qualidade de vida local, revelam a necessidade de criar um novo centro ou

19 FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1997. p. 38-39.

20 Para a autora, a recepção deve ser considerada como parte importante na concepção do patrimônio, pois “a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade das significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico, etc.; segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados” (FONSECA, 1997, p. 40).

21 MORAIS, Brígida de Oliveira; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. **Santa Luzia na virada do milênio:** realidade, utopias e esperanças: um olhar sobre o desenvolvimento urbano. 1999. 66 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura; COUTINHO, Lilian Caroline Radespiel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Preservação da paisagem de Santa Luzia:** plano de reabilitação do centro histórico. 2000, 103 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura; SILVA, Daniele Rossato; VEIGA, Ana Cecília Nascimento Rocha. **Os inventários urbanos como instrumento de análise e gestão do patrimônio cultural:** quatro momentos do inventário em Santa Luzia. 2009, 92 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura; SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano:** um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte. 2011, 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

22 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Santa Luzia/MG.** Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. 76p.

23 CONHEÇA SANTA LUZIA. **Vídeo institucional da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, MG.** 3min11s. Publicado em: 10 maio 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m1ijBk1uSdQ>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

24 FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 128-148.

revitalizar o centro histórico, concebendo a centralidade como “centro de atração de pessoas e mercadorias do município”.²⁵

A requalificação do centro histórico visa atrair atividades culturais, turísticas e de lazer, criar dinâmica social e econômica associada à paisagem histórica e assegurar sustentabilidade do patrimônio. Neste ponto, o centro histórico é concebido como testemunho materializado “do desenvolvimento da região desde os seus primórdios no século XVIII e conserva, ainda hoje, um conjunto típico do período colonial mineiro”.²⁶

Os inventários urbanos foram utilizados como instrumento de análise e gestão do patrimônio cultural nas áreas tombadas. No caso de Santa Luzia, há quatro inventários desenvolvidos entre os anos de 1976 e 2006 e houve a evolução do estado de conservação dos imóveis inventariados, pois “construímos análises sobre o espaço urbano delimitado pelo perímetro de tombamento do Centro Histórico de Santa Luzia”.²⁷

Ainda houve o exame de um objeto diferente para refletir sobre a cidade de Santa Luzia, por meio da segregação socioespacial correlacionada às desigualdades sociais e à pobreza urbana. O aprofundamento da compreensão das instâncias atuantes na produção do espaço periférico ressalta a dinâmica imobiliária e “como a ação do Estado veio legitimar a expansão periférica da metrópole”.²⁸ Essa análise indica possibilidade de pesquisar a cidade de Santa Luzia, além do centro histórico.

O vídeo institucional e o atlas são produções institucionais com foco em atrativos turísticos e culturais da cidade, ao patrimônio cultural. O material potencializa o conhecimento da cidade, principalmente para as crianças que são os construtores da cidade, “por isso, criar condições para que se apropriem de sua história e para que pensem e discutam suas origens, meios, oportunidades e recursos é responsabilidade de seus dirigentes”.²⁹

O estudo do patrimônio na cidade de Santa Luzia envolve e problematiza as questões referentes à memória e à história. O monumento está relacionado à memória, ao fazer recordar, ao sinal do passado e que a história por meio dos documentos amplia a concepção do passado³⁰.

25 MORAIS, Brígida de Oliveira; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. **Santa Luzia na virada do milênio: realidade, utopias e esperanças: um olhar sobre o desenvolvimento urbano.** 1999. 66 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 12.

26 COUTINHO, Lilian Caroline Radespiel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Preservação da paisagem de Santa Luzia: plano de reabilitação do centro histórico.** 2000, 103 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 10.

27 SILVA, Daniele Rossato; VEIGA, Ana Cecília Nascimento Rocha. **Os inventários urbanos como instrumento de análise e gestão do patrimônio cultural: quatro momentos do inventário em Santa Luzia.** 2009, 92 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 10.

28 SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte.** 2011, 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 17.

29 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Santa Luzia/MG.** Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. p. 4.

30 “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1990, p. 545).

A memória e a história são concebidas como construção e interação, no que a memória coletiva se refere “à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancoradas nas tradições e intimamente ligadas a mudanças culturais”³¹, e a história seria considerada como história-problema com múltiplas perspectivas para problematizar, confrontar, opor fatos e pontos de vistas.

Nesse caso, os grupos sociais no presente estimulam a reflexão do centro histórico de Santa Luzia como espaço de cultura da cidade. Por isso, os documentos analisados³² sobre o município não apresentaram nenhuma proposta sobre educação patrimonial participativa. Neste ponto, uma proposta para ser efetivada na prática precisa que, além de visitas aos lugares de memória, o uso dos mapas mentais, da comparação, dos jogos de simulação, da caminhada, do roteiro e das fotografias, aponte os espaços patrimoniais como de uso para toda a sociedade luziense. Para cada atividade, há objetivos que devem ser trabalhados e, principalmente, “os alunos devem saber para que estão fazendo a visita, ter atividades específicas para ver, fazer e registrar, ou seja, um roteiro básico de observação preparado pelo professor, que ao mesmo tempo auxiliará e provocará discussões sobre a conservação e as mudanças ocorridas na área”.³³

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe trabalhar com a noção de patrimônio cultural que entrelaça os campos de experiências das crianças com “as situações e as experiências concretas da vida cotidiana”.³⁴ A noção apresentada de patrimônio abrange as áreas de língua portuguesa, arte, língua inglesa, educação física, ciências, geografia e história. Na área de História, a prioridade é o trabalho com o terceiro e o quinto anos.

Concebida a proposta da BNCC, analisada a relação entre memória e história, e analisando como a produção institucional construiu uma interpretação para os patrimônios culturais da cidade, voltamos para uma reflexão diante das leituras arquitetônicas.

A definição de um centro é importante para o município, este deve ser o polo multifuncional, “o local que concentra os usos comerciais, governamentais, públicos e de serviço”.³⁵ No território luziense há possibilidade de pensar em três centros: parte alta,

31 BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, vol. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jdbarros.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019. p. 41.

32 Decreto nº 772 - Decreto Nº 772, de 16 de novembro de 1989 - Dispõe sobre Tombamento de Bens Integrantes do Acervo Histórico, Cultural e Artístico do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/1989/Decretos%20747%20a%20773/Decreto%20n%C2%BA%20772.pdf.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 2000, de 01 de setembro de 2000 - Lei Orgânica do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/Lei%20Organica/Lei%20Organica%20de%202000.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 3161, de 23 de dezembro de 2010 - Institui Sistema Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2010/Leis%203049%20a%203168/3161-Sistema%20Municipal%20de%20Cultura%20-%20SMC.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019. Lei Nº 3471, de 17 de fevereiro de 2014 - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia e o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2014/Leis/3.471.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

33 GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, 1999. v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019. p. 26.

34 BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. p. 40.

35 MORAIS, Brígida de Oliveira; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. **Santa Luzia na virada do milênio**: realidade, utopias

parte baixa e distrito do São Benedito. A parte alta é onde está localizado o centro histórico, principalmente em três vias: na rua do Serro, na rua Floriano Peixoto e na rua Direita, onde o povoado se desenvolveu no entorno da Igreja Matriz, “ela se caracteriza por estruturas arquitetônicas barrocas, com casarios remanescentes do período do ciclo do ouro”.³⁶ A parte baixa é próxima à Estação Ferroviária, a rua do Comércio, o complexo industrial e o bairro Frimisa. O distrito do São Benedito teve seu crescimento na década de 1970 com urbanização, comércio e segregação espacial por meio dos conjuntos habitacionais.

Esses locais apontam como o município tem assentamentos urbanos dispersos com concentração nos três núcleos. Neste ponto, os autores revelam que o desenvolvimento urbano dependeria da valorização da rua Direita ou da construção de um novo centro. A rua Direita pode ser considerada um centro com manifestações culturais, “igrejas, museus, bares, efervescência cultural e símbolos de atrativo turístico aí estão inseridos”.³⁷ E a construção de um novo centro estaria relacionada à necessidade de criar um centro para o município. A pesquisa realizada no ano de 1999 assinalou como a mudança dos centros políticos e econômicos, antes localizados na rua Direita, para a região do bairro Frimisa desvalorizou os imóveis do centro histórico.

A legislação existente direcionada para o centro histórico não incluía o gerenciamento econômico do patrimônio, nem fiscalização e muito menos uma política de valorização cultural dos bens. O centro histórico é área mais antiga da cidade, localizada à margem direita do rio das Velhas, e “abriga o maior e mais significativo acervo arquitetônico e artístico de Santa Luzia, formado pelos conjuntos arquitetônicos das ruas do Bonfim, Direita, Floriano Peixoto e Serro”.³⁸ O povoado se formou na cidade no século XVIII, por meio da atividade comercial, que serviu de entreposto entre as regiões de Sabará e do Serro.

O centro histórico consolidou a memória material e imaterial, com festas populares e religiosas como o Jubileu de Santa Luzia, a Festa do Rosário, a Festa do Divino e o Término da Revolução, e envolveu “crenças, lendas, origem de festas, edificações significativas do período colonial, costumes – que se mantém viva, até hoje, significativa e formadora da identidade da cidade”.³⁹ O desenvolvimento de núcleos e de povoados próximo à Estação Ferroviária, a fábrica de tecidos no final do século XIX, a região industrial e o São Benedito na década de 1950 trouxe um crescimento para a cidade concomitantemente com uma população de baixíssima renda expulsa do centro de Belo Horizonte, “a qual não possuía ligação nenhuma com a história de Santa Luzia e não trazia consigo sentimento de posse e amor pelo patrimônio da cidade, como os moradores mais antigos”.⁴⁰

e esperanças: um olhar sobre o desenvolvimento urbano. 1999. 66 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 41.

36 Idem. p. 20.

37 Idem. p. 44.

38 COUTINHO, Lilian Caroline Radespiel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Preservação da paisagem de Santa Luzia: plano de reabilitação do centro histórico.** 2000, 103 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 36.

39 Idem. p. 39.

40 Idem. p. 41.

No centro histórico ocorreu a saída das atividades econômicas, políticas e administrativas da cidade, o que pode contribuir para uma política preservacionista, direcionando ações, estimulando aproveitamento do complexo urbano, garantindo recursos, revitalizando atividades culturais e ressaltando o caráter residencial “onde se localizam, ainda hoje, as residências das famílias da elite tradicional da cidade”.⁴¹

O plano de reabilitação do centro histórico tem quatro programas: revitalização econômica, para “estimular o desenvolvimento do turismo cultural e doméstico”;⁴² revitalização cultural, para “realizar a educação patrimonial – fortalecendo a identidade local e a conscientização da necessidade de preservação”⁴³ e para tornar “a população um agente ativo na preservação”;⁴⁴ apoio à gestão do patrimônio; e requalificação ambiental do patrimônio e dos espaços públicos para “resgatar a ambiência do Centro Histórico e instituir um ritmo de passagem mais lento”⁴⁵ e para “prover o espaço público de mobiliário urbano adequado ao uso e ambiência específica”.⁴⁶ Enfim, o plano apresentado indica direções para modificação do espaço com o objetivo de “atrelar o desenvolvimento econômico e social a condição de preservação do patrimônio edificado e cultural”.⁴⁷

A Carta de Restauro, de 1972, a carta de Washington, de 1986, e a carta de Petrópolis, de 1987, assinalam a relevância dos inventários como suporte de planejamento urbano e gestão de bens de interesse cultural, “realizado de forma sistemática, acompanha as transformações pelas quais o espaço urbano passa sem tentar congelar a cidade em determinada época”.⁴⁸ No caso da cidade de Santa Luzia, onde o centro histórico apresenta características do século XVIII em duas vias principais, as ruas Floriano Peixoto e Direita, os inventários apontam as políticas públicas de cada época sob a chancela das instituições patrimoniais.

Quatro inventários foram produzidos entre os anos de 1976 e 2006: em 1976, realizado pela Plambel; em 1986, pelo IEPHA com o programa Inventário do Patrimônio Cultural (IPAC); em 1996, pela prefeitura de Santa Luzia; e em 2006, pelo ICMS Cultural. Os três primeiros trabalhos apontavam a relevância da proteção e da preservação das edificações próximas ao centro histórico, do comércio próximo à Estação Ferroviária, do Convento de Macaúbas, da Fazenda São Vicente, da Fazenda Boa Esperança e do Muro de Pedra.

O inventário de 1976 “contribuiu, posteriormente, para incentivar a intervenção do poder público na preservação do patrimônio”;⁴⁹ o de 1986 gerou como resposta do município “o

41 Idem. p. 51.

42 Idem. p. 67.

43 Idem. p. 68.

44 Idem. p. 68.

45 Idem. p. 72.

46 Idem. p. 73.

47 Idem. p. 82.

48 SILVA, Daniele Rossato; VEIGA, Ana Cecília Nascimento Rocha. **Os inventários urbanos como instrumento de análise e gestão do patrimônio cultural**: quatro momentos do inventário em Santa Luzia. 2009, 92 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 22.

49 Idem. p. 33.

estabelecimento de uma política de tombamento de bens culturais na cidade”⁵⁰ com o decreto 772/89; o de 1996 “ratificou a necessidade de uma ação mais eficiente por parte do poder público, culminando no tombamento estadual do Centro Histórico, em 1998”;⁵¹ e no de 2006 a prefeitura de Santa Luzia apresentou o plano de inventário para toda a cidade com bens móveis, imóveis e imateriais, incluindo como metodologia a história oral com a justificativa de construir um efeito conscientizador e legitimador dos valores culturais com a participação da sociedade luziense e com a autenticidade do projeto via iniciativa do poder público. Com isso, esperava-se a participação da sociedade luziense moradora das periferias do município.

A região do São Benedito teve como padrão de ocupação e crescimento urbano loteamentos populares e ocupação de terrenos públicos vazios, concretizados nos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital. A organização socioespacial do bairro Palmital mobilizou a discriminação e a segregação social “como resultado de uma política de remoção e realocação de moradores das favelas da região central da capital”.⁵² Os moradores direcionados para o conjunto habitacional Palmital foram retirados das favelas próximas à região leste e ao rio Arrudas em Belo Horizonte, principalmente por terem sofrido com as enchentes no início dos anos 1980. Incentivados pela política habitacional do regime militar, especificamente pelos conjuntos habitacionais desenvolvidos pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab-MG), os moradores participaram do processo de favelização periférica por meio de invasões de terra, irregularidades fundiárias e ocupações irregulares.

A situação na região periférica de Santa Luzia estimula a ocupação irregular, por meio da desvalorização imobiliária, da existência de terras públicas desocupadas, da omissão do poder público e da especulação imobiliária. Os moradores das periferias da cidade, especificamente do conjunto habitacional Palmital, desenvolveram um sentimento de estigmatização da favela como local de pobreza, violência e criminalidade, pelos habitantes do conjunto habitacional Cristina e da sede da cidade de Santa Luzia, que “responsabilizam a administração local da época por ‘trazer mais pobres’ para o município”.⁵³

Ao apontar a situação nos bairros Palmital e Cristina, pretendemos desenvolver, junto aos grupos culturais das regiões periféricas da cidade de Santa Luzia, como vivenciam os espaços públicos citadinos e como visualizam os patrimônios tutelados e reconhecidos pelo Executivo municipal. A partir desse levantamento, analisaremos como há formas diferenciadas de visualizar os patrimônios do município por meio da multiplicidade dos luzienses, do poder governamental e das leituras arquitetônicas.

O mapeamento do centro histórico da cidade de Santa Luzia na produção de recursos didáticos produzidos pela prefeitura é concebido de forma semelhante às leituras arquitetônicas.

50 Idem. p. 39.

51 Idem. p. 44.

52 SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano**: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte. 2011, 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. 115.

53 Idem. p. 125.

Na apresentação, assinada pelo prefeito e pela secretária de educação, o Atlas é concebido para ser “um importante instrumento didático-pedagógico para o trabalho em nossas escolas”,⁵⁴ e “foi pensado como recurso que potencializa o conhecimento sobre a cidade.”⁵⁵ Também objetiva “permitir que educadores e educandos possam, de alguma forma, identificar-se com as imagens e os textos, conhecendo a cidade e sentindo-se parte dela com orgulho”.⁵⁶

A parte direcionada para o centro histórico do município está localizada no Atlas entre as páginas 67 e 72 com o título *Aspectos culturais e turísticos*. Nestas percebe-se como a narrativa foi construída com a necessidade de definir cultura como “aquilo que dá identidade a um povo”,⁵⁷ a conceituação de um bem cultural como “produto do processo cultural que possibilita ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca”⁵⁸ e da justificativa da inclusão de Santa Luzia no Circuito do Ouro, “é merecimento pela beleza de sua história e pelo potencial turístico que possui”.⁵⁹

Após a exposição acima, o Atlas mostra o patrimônio cultural da cidade como bens descritos nas páginas 67, 68, 69, 70 e 71, a Capela de Nosso Senhor do Bonfim, o Hospital de São João de Deus e Capela, a Capela do Instituto São Jerônimo, o Solar da Baronesa, o Marco Comemorativo da Ação Pacificadora de Caxias, a Rua Direita, o Mosteiro de Macaúbas, a Estação Ferroviária, a Igreja São João Batista, a Fazenda Boa Esperança e o Teatro Municipal. Ainda são citados afazeres, danças, cantos e memória oral, localizados nas páginas 71 e 72, e descritos em forma de itens em dois quadros: um com calendário de 18 eventos culturais e festas religiosas e outro com grupos e manifestações culturais, sendo 15 de dança, 15 de música e duas de teatro.

Também como recurso didático, o vídeo institucional da prefeitura de Santa Luzia, publicado no ano de 2011, posiciona a cidade em um contínuo entre passado, presente e futuro por meio da fé, da tradição e da alegria. Neste, o centro histórico está inserido no período colonial e no ciclo do ouro como “referências vivas da história de Minas e do Brasil”.⁶⁰ Ainda são ressaltadas como características do município as festas religiosas, o carnaval de rua, os corais musicais, os grandes shows, os sabores, os bens materiais, a avenida Brasília e a proximidade com a cidade administrativa de Minas Gerais.

Enfim, há uma similaridade entre as leituras arquitetônicas e os recursos didáticos escolhidos. Contudo, para além da visão do patrimônio concebida pela arquitetura, é importante ampliar a perspectiva entre a educação patrimonial e os patrimônios da cidade. Em princípio, coloca-se como prioridade a criação de laços afetivos entre a cidade e os/as moradores por

54 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. *Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Santa Luzia/MG*. Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. p. 2.

55 Idem. p. 2.

56 Idem. p. 2.

57 Idem. p. 67.

58 Idem. p. 67.

59 Idem. p. 67.

60 CONHEÇA SANTA LUZIA. *Vídeo institucional da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, MG*. 3m.11s. Publicado em 10 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m1ijBk1uSdQ>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

meio da educação patrimonial que deve estar presente nas escolas localizadas no município. E com o desenvolvimento de um programa oficial que saiba ouvir a sociedade e praticar a participação e a aproximação entre os munícipes e o patrimônio cultural. Por outro lado, a educação patrimonial pode ser fundamental para ressaltar as sensibilidades da sociedade e de suas memórias, ou seja, pode suscitar sentimentos de que o pertencimento e a cultura local também podem ser considerados como patrimônio e ser merecedores de apoio organizacional para sua valorização.

Por isso, enfatizar as ações de envolvimento da sociedade luziense nos poderes institucionalizados possibilita recriar vínculos, reforçar as políticas de patrimônio e interagir e agir como sujeitos históricos para a construção do sentimento de pertença e de distinção entre os munícipes e a cidade de Santa Luzia.

Considerações finais

A partir da análise realizada sobre patrimônio e a sociedade luziense, apresentam-se duas considerações: a primeira está relacionada à forma como a identidade cultural da cidade de Santa Luzia é divulgada pelos órgãos institucionais e pelas leituras arquitetônicas, e a segunda está direcionada para a educação patrimonial nas escolas dentro do município.

A proposta de reflexão do patrimônio cultural por meio das análises arquitetônicas e do viés institucional como recurso didático mobilizou uma área de observação anteriormente inquestionável. Nos estudos acadêmicos, o centro histórico foi analisado por meio das características do período colonial, como a localidade com sua importância histórica reconhecida pela elite luziense e pelo poder público, explícita nos tombamentos municipais e estaduais realizados, respectivamente, nos anos de 1989 e de 1998.

E a proposta de educação patrimonial, baseada na participação das/dos estudantes do município de Santa Luzia, demonstra como todos devem ter preparação em sala de aula com estímulo à observação, introdução à discussão e sensibilização, objetivo claro e com ideias e informações sendo trabalhadas em sala de aula após a visita, pois “os alunos devem saber para que estão fazendo a visita, ter atividades específicas para ver, fazer e registrar, ou seja, um roteiro básico de observação preparado pelo professor, que ao mesmo tempo auxiliará e provocará discussões sobre a conservação e as mudanças ocorridas na área”.⁶¹

Neste caso, a ação da educação patrimonial ocorre, para além dos muros da escola, em espaços educativos com mapeamento inicial das referências culturais e inventário pedagógico do patrimônio cultural local, por meio da organização e reunião de informações com o olhar dos estudantes.

61 GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, 1999. v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

A reflexão sobre Santa Luzia também se baseia nas experiências locais.⁶² A preservação do patrimônio está relacionada à identidade cultural e à qualidade de vida dos moradores, para que se identifiquem com o passado e não depredem e nem violem os bens culturais. No caso da sociedade luziense, especificamente dos moradores das periferias, percebe-se um distanciamento entre o denominado patrimônio tutelado e concebido pelo poder público, circunscrito no centro histórico e as regiões periféricas, ou seja, a sociedade “não se sente corresponsável pela preservação dos bens culturais, na medida em que ela mesma não foi consultada acerca do que deve ser preservado ou não”.⁶³

Neste caso, a preservação do patrimônio de uma cidade é uma questão de cidadania, em que se inscreve a memória histórica com acesso a todos por meio de um elo afetivo. Os limites e os avanços das ações educativas patrimoniais estão vinculados à cidadania com valores afetivos e da educação como resultado da ação do meio sociocultural. “A educação patrimonial é uma estratégia de visibilidade dessa teia que envolve o ato educativo, colaborando de modo fundamental para dar sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, estabelecendo vínculos duradouros entre identidade, memória e cidadania”.⁶⁴

As memórias podem ser consideradas patrimônios afetivos, que impactam paisagens culturais e comunidades tradicionais. E neste ponto, a educação patrimonial possibilita as comunidades se tornarem protagonistas dos seus patrimônios, superando o desaparecimento e o artificialismo de bens, e desenvolvendo a consciência do patrimônio por meio da diversidade. Essa possibilidade aponta para ações e agentes multiplicadores para a preservação da memória, a construção do patrimônio e o desenvolvimento local.

A consciência da importância do tema patrimônio cultural, como elemento de pertencimento dos indivíduos à sua coletividade, poderá tornar-se uma importante atitude para a formação de verdadeiros agentes do desenvolvimento local. Crianças, adolescentes, líderes comunitários, empresários, entre outros segmentos da sociedade, por meio de um processo educativo, podem passar a valorizar e considerar o patrimônio cultural como elemento chave para um desenvolvimento sustentável.⁶⁵

62 FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 128-148; BRITO, Ana Paula F. de; TOLENTINO, Átila B. (org.). Educação patrimonial: primeiras ideias. In: TOLENTINO, Átila B.; Ana Paula Ferreira de Brito; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (org.). **Educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 14-18; BRAGA, Emanuel Oliveira. Memória, patrimônio cultural e cidadania. In: TOLENTINO, Átila B.; BRITO, Ana Paula Ferreira; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (org.). **Educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 19-21.

63 FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 138.

64 BRITO, Ana Paula F. de; TOLENTINO, Átila B. (Org.). Educação patrimonial: primeiras ideias. In: TOLENTINO, Átila B.; Ana Paula Ferreira de Brito; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (org.). **Educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 18.

65 BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (org.). **Educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 20-21.

As propostas de educação patrimonial têm duas direções. A primeira é utilizar lugares de memória no processo educativo, ou seja, o poder público por meio da secretaria de educação precisa construir estratégias educativas para atingir todos os estudantes da cidade, mobilizando os professores das redes municipais e estaduais com cursos de extensão focados nos patrimônios da cidade, e disponibilizando transporte adequado para que os/as estudantes tenham contato com os lugares de memória do município.

A segunda direção está relacionada à valorização da diversidade cultural existente na cidade. No Atlas, produzido pela prefeitura municipal, há um quadro localizado na página 72 com o nome de grupos e manifestações culturais existentes no município. Estes totalizam 18, sendo que metade (nove) está localizada no distrito e ao menos quatro no bairro Palmital. Além dos grupos e das manifestações culturais, o bairro tem como centralidade a praça da Savassi, local que reúne pessoas, expõe manifestações culturais e a feira aos domingos. Tendo como exemplo, os roteiros feitos na cidade de Fortaleza que incluíram os patrimônios culturais e foram incorporados nos livros didáticos das séries iniciais para o desenvolvimento da consciência preservacionista, apontando o passado, a memória e a história do município, há necessidade de posicionamento do município de Santa Luzia diante da questão patrimonial da cidade, principalmente porque o compromisso das escolas com o público poderia ser da construção de vínculos entre identidade, memória e participação.⁶⁶

Enfim, reconhecemos o valor do centro histórico de Santa Luzia como patrimônio cultural da cidade, contudo sabemos que para que toda a sociedade luziense se sinta responsável pelos bens culturais, é importante ter acesso e conhecimento aos locais com características coloniais e, concomitantemente, ter reconhecidas pelo poder público as manifestações, os lugares, os objetos, as celebrações, as formas de expressão, os saberes e os seus grupos culturais⁶⁷ que extrapolam as fronteiras do centro histórico e que constroem múltiplas identidades luzienses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, vol. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jdbarros.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

66 FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 128-148.

67 “Baseiam-se nas que o Iphan adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro”. In: Programa mais educação. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/>>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Memória, patrimônio cultural e cidadania. In: TOLENTINO, Átila B.; BRITO, Ana Paula Ferreira; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (org.). **Educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 19-21.

BRITO, Ana Paula F. de; TOLENTINO, Átila B. (org.) . Educação patrimonial: primeiras ideias. In: TOLENTINO, Átila B.; Ana Paula Ferreira de Brito; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (Org.). **educação patrimonial: orientações ao professor** (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000, p. 14-18.

CARTA DE WASHINGTON. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CENTRO HISTÓRICO DE SANTA LUZIA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia>>. Acesso em: 18 maio 2019.

CONHEÇA SANTA LUZIA. **Vídeo institucional da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, MG**. 3min11s. Publicado em 10 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mIjBk1uSdQ>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

COUTINHO, Lilian Caroline Radespiel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Preservação da paisagem de Santa Luzia: plano de reabilitação do centro histórico**. 2000, 103 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **Geousp**, v. 31, p. 95-104, 2012.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 18 maio 2019.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 128-148.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1997. 316 p.

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, 1999. v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 91-111, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924. Tradução Bernardo Leitão et al.. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MORAIS, Brígida de Oliveira; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. **Santa Luzia na virada do milênio: realidade, utopias e esperanças: um olhar sobre o desenvolvimento urbano**. 1999. 66 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Santa Luzia/MG**. Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. 76 p.

1ª ASSEMBLEIA PATRIMONIAL COMUNITÁRIA. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/noticias/1a-assembleia-patrimonial-comunitaria/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

RELAÇÃO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1HC2IGUpumR8dV8orBRgmGgL5zRHxdHjw/view>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) et al. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-24.

SANTA LUZIA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html?>>. Acesso em: 11 maio 2018.

SANTA LUZIA (MG). **Decreto Nº 772**, de 16 de novembro de 1989. Dispõe sobre Tombamento de Bens Integrantes do Acervo Histórico, Cultural e Artístico do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/1989/Decretos%20747%20a%20773/Decreto%20n%C2%BA%20772.pdf.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTA LUZIA (MG). **Lei N° 2000**, de 01 de setembro de 2000 - Lei Orgânica do Município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/Lei%20Organica/Lei%20Organica%20de%202000.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTA LUZIA (MG). **Lei N° 3161**, de 23 de dezembro de 2010. Institui Sistema Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2010/Leis%203049%20a%203168/3161-Sistema%20Municipal%20de%20Cultura%20-%20SMC.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTA LUZIA (MG). **Lei N° 3471**, de 17 de fevereiro de 2014 - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia e o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/leis/2014/Leis/3.471.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

SILVA, Daniele Rossato; VEIGA, Ana Cecília Nascimento Rocha. **Os inventários urbanos como instrumento de análise e gestão do patrimônio cultural**: quatro momentos do inventário em Santa Luzia. 2009, 92 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano**: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte. 2011, 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Recebido em: 16/05/2020
Aprovado em: 13/09/2020